

O DISCURSO EM MICHEL FOUCAULT

Giuslane Francisca da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso
Mestranda em História (Bolsista-CAPES)

Sérgio da Silva Machado Júnior
Universidade Federal de Mato Grosso
Mestrando em História

Resumo: Neste trabalho são apresentados e discutidos alguns princípios que envolvem a concepção de discurso em Michel Foucault. Tendo em vista ser o discurso um acontecimento histórico, esboçamos como se dá sua construção dentro desse contexto, sobretudo atrelado às relações de poder que permeiam a sociedade. Considerando que, para Foucault, a produção do discurso não se dá de maneira aleatória, nos propomos a refletir sobre a produção discursiva enfatizando os mecanismos que atuam como procedimentos de controle dessa construção, considerando que não são todos os sujeitos que possuem acesso a sua produção.

Palavras-chave: Discurso; Sujeito; Poder.

The discourse in Michel Foucault

Abstract: On this paper we introduce and discussed some elements which involves the conception of discourse in Michel Foucault. In view of the discourse is a historical event, we outline how occurs its construction within this context mainly linked the relations of power that permeate society. Whereas for Foucault the production of the discourse does not happen in an aleatory way, we reach out to reflect about discursive production pointing the mechanism which act as a control procedure on this construction, in view of there are not every subjects have access to their production.

Keywords: Discourse, Subject, Power.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar a concepção foucaultiana de discurso, enfatizando como ele se constrói historicamente através de mecanismos sociais, sobretudo, atrelado às relações de poder que permeiam a sociedade. Assim como Foucault alerta-nos, a produção discursiva passa por uma série de procedimentos que visam à delimitação de sua produção. Nesse sentido, objetivamos discutir sobre os processos de construção do

discurso na sociedade, percebendo como este é refletido no sujeito e conseqüentemente em suas práticas sociais.

A partir da proposição de Foucault, dividimos os procedimentos que cerceiam e controlam a produção discursiva em três “grupos”. São estes: os procedimentos externos-*interdição, separação/rejeição e vontade de verdade*.

Já o segundo agrupamento refere-se aos procedimentos internos, no qual se discute a noção de *comentário, autoria e disciplina*. Apresentados esses dois grupos de procedimentos externos, analisamos a seguir o terceiro grupo, que determina as condições de funcionamento do discurso a partir da imposição de regras aos sujeitos que atuam na produção discursiva, são esses: o *ritual, as sociedades de discurso, apropriação social dos discursos* e as *doutrinas*. Posteriormente, abordamos os métodos sugeridos por Foucault para analisar um discurso, que se referem aos princípios de *inversão, descontinuidade, especificidade e exterioridade*.

Analisamos ainda, a relação discurso-sujeito e poder discutida por Foucault; para tanto, debruçamo-nos sobre várias de suas obras com o intuito de esboçarmos sobre o discurso na percepção do pensador.

O que Foucault define por discurso?

Refletindo sobre as contribuições do filósofo Michel Foucault no campo da Análise do Discurso, Fernandes (2012) afirma que desde suas primeiras pesquisas na década de 1960, vislumbrou-se o interesse do pensador pelo discurso enquanto objeto de análise. Em Foucault¹, o discurso enquanto objeto aparece inicialmente em sua tese de doutoramento que resulta no livro *A História da Loucura* (1961), obra na qual o autor discorre sobre a formação e as transformações do objeto loucura, assim como a figura do louco por meio da produção de discursos.

Posteriormente, em *O Nascimento da Clínica* (1963) Foucault analisa a formação da medicina. Já em *As palavras e as coisas* (1966), ressalta os discursos a respeito das epistemes; em *Arqueologia do Saber* (1969), Foucault posiciona-se como um “arqueólogo escavador de discursos”, Fernandes (2012, p.13).

¹ As pesquisas de Foucault usualmente são distribuídas em três “campos” metodológicos: arqueologia, genealogia e ética. O *eixo do saber*, nas obras de Foucault está relacionado às discussões no campo da arqueologia. O *eixo poder* está articulado às reflexões no campo da genealogia. Enquanto que o *eixo do sujeito* está inserido nas discussões do campo da ética, fase que focaliza o cuidado de si.

Assumindo-se um leitor de Nietzsche, Foucault tomar-lhe-á emprestados os princípios da arqueologia, da genealogia e das tecnologias do eu, passando a desenvolvê-los em suas próprias pesquisas, Veiga Neto (2004).

De acordo com Fernandes (2012), os trabalhos de Foucault apresentam como os objetos do discurso encontram na história seu lugar, enfatizando que os objetos não permanecem imóveis, mas estão em um exercício de constantes formações e transformações, sendo perpassados por descontinuidades em meio ao conteúdo histórico que o sustenta.

As obras de Foucault, nas palavras de Rabinow e Dreyfus (apud SILVEIRA, 2005, p. 13), “*abordaram temáticas relacionadas a formação dos saberes, dos discursos de verdade, das relações e poder, da construção da subjetividade e do governo de si*”. Foucault tomou o discurso enquanto objeto com o intuito de refletir sobre a constituição do sujeito e no complexo conjunto de elementos descontínuos na história “*buscando a problematização de fatos, práticas e pensamentos que colocam e levantam problemas para as diferentes epistemologias*” (SILVEIRA, 2005, p.13). Os trabalhos de Foucault mostram como os objetos construídos a partir dos discursos estão em um processo de constante formação e transformação, marcados pela descontinuidade.

Haja vista os discursos terem sido tomados por Foucault como objetos de análise, antes de iniciarmos algumas discussões a respeito destes, faz-se necessário entender o que este pensador entende como *discurso*. Foucault concebe o *discurso* como “reverberação” de uma verdade que nasce diante dos olhos do próprio sujeito. É visto como enunciados materialmente existentes, podendo ser escrito ou pronunciado, “*são proposições que adquirem caráter de verdadeiras passando a constituir princípios aceitáveis de comportamento*” (FOUCAULT apud FERNANDES 2013, p.19). O discurso pode ser visto ainda como um conjunto

de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT apud AZEVEDO, 2013, p. 156).

Nessa perspectiva, as práticas discursivas caracterizam-se de algum modo como elo entre discurso (enunciações) e prática (práticas sociais dos sujeitos).

Ao mesmo tempo, Foucault (2013) afirma que os discursos devem ser percebidos enquanto práticas descontínuas que por ora se cruzam, e por outras se ignoram ou se excluem. Foucault atesta ainda, que as imagens podem atuar tanto na materialização de discursos, assim como mecanismos de produção e funcionamento dos mesmos.

Um ponto importante a se considerar, é que a noção de discurso em Foucault já é em si um acontecimento histórico. Todo discurso (verdadeiro) tem seu polo de produção, pois assim como nos afirma Foucault (2013) a produção discursiva não é feita de maneira aleatória, mas obedece aos interesses das instâncias e das relações de poder que a produz. Por ser um acontecimento, o discurso não é imaterial, pois materializa-se nas práticas sociais dos sujeitos e nestes produz efeitos.

As noções que Foucault propõe para pensar os discursos não são o princípio de continuidade, nem a consciência do signo ou da estrutura. Mas sim, o da consciência do acontecimento (entendido como cortes que fendem o instante e dispersam o sujeito em um conjunto de posições de possíveis funções) da série, assim como o jogo de noções que se ligam a estes, como a

regularidade, a causalidade, descontinuidade, dependência, transformação; é por um tal conjunto que esta análise dos discursos sobre a qual estou pensando se articula, não certamente com a temática tradicional que os filósofos de ontem tomam ainda como a história “viva”, mas com o trabalho efetivo dos historiadores (FOUCAULT, 2013, p. 53-54).

Como mencionado acima, Foucault adverte-nos que os discursos devem ser percebidos enquanto séries distintas de acontecimentos. Este deslocamento permite incorporar no cerne do pensamento de análise do discurso, o *acaso*, o *descontínuo* e a *materialidade*.

Desses três princípios de análise do discurso propostos por Foucault, o mais complexo, talvez, seja o terceiro, que se refere à percepção de como os discursos se materializam através das práticas sociais dos sujeitos. A análise foucaultiana dos discursos diz respeito à articulação daquilo que pensamos, dizemos e fazemos, motivos pelos quais nos permite compreender a definição que o pensador faz dos discursos enquanto acontecimentos históricos.

Refletindo sobre o discurso em Michel Foucault, Fischer (2001) aponta que a análise do discurso de acordo com o pensador dispensa significações ou um conjunto de signos que se referem a conteúdos determinados, é preciso, segundo a autora, percebê-los na complexidade em que este está envolto. Ela assevera ainda que a

primeira tarefa para se chegar a isso é tentar desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que [...] nos faz olhar os discursos, apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto [...] distorcido, intencionalmente [...] (FISCHER, 2001, p.198).

Isso significa dizer, de acordo com a autora, que a análise dos discursos deve ser capaz de enviesar as relações históricas, as práticas muito concretas que estão ‘vivas’ nesses discursos.

Em *A Ordem do Discurso* (2013), Foucault apresenta-nos uma série de mecanismos que tendem a controlar a produção dos discursos na(s) sociedade(s), na medida em que nestas “*a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.*” (FOUCAULT, 2013, p.9).

Com essa afirmação, Foucault mostra-nos que os discursos passam por uma produção que é controlada por aqueles “habilitados” para fazê-la, podem ainda ser percebidos como práticas discursivas definidas pelo *status* do sujeito que fala, a partir dos lugares em que este fala, considerando as posições sociais que assume quando fala.

Assim como nos elucida Fernandes (2012), o discurso em Foucault é percebido como um conjunto de enunciados que integram as malhas do poder, perpassando em todas as relações entre sujeitos, o discurso aparece envolto de saber e poder. O filósofo assevera ainda que as interdições que cercam a produção dos discursos denotam sua ligação com o poder e com o desejo.

O discurso em Foucault (2013, p.8) traduz-se numa existência destinada a se apagar em um determinado momento que não cabe a nós decidirmos, refere-se a um fazer-se cotidianamente, embrenhado de poderes e, ao mesmo tempo, perigos por vezes inimagináveis, pressupõe “*lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras, cujo uso há muito tempo reduziu as asperidades*”.

O pensador interroga ainda como um discurso apareceu em um determinado momento e não outro em seu lugar, pois de acordo com Foucault (1995) os discursos devem ser percebidos em seus processos histórico-sociais de constituição, mostrando-se por meio de um conjunto de acontecimentos discursivos. Ao analista do discurso cabe compreender sua produção como um elemento ligado à História, como nos adverte Fernandes (2012, p. 20) “*compreende-se, (a produção do discurso) por meio de um olhar para a história, os aspectos históricos e sociais que envolvem a produção do discurso*”. O mesmo autor ainda assinala que

trata-se de compreender a singularidade da existência do enunciado, suas condições de produção [...] busca-se verificar, a partir do enunciado produzido em determinada época e lugar, as condições de possibilidade do discurso que esses enunciados integram. Isso equivale dizer que as transformações históricas possibilitam a compreensão da produção do discurso, seu aparecimento em

determinados momentos e sua dispersão (ROBIN apud FERNANDES, 2012, p. 20).

No entanto, o autor adverte-nos que os discursos não devem ser tomados enquanto realidades físicas, apesar de se materializarem nas práticas sociais dos sujeitos, mas devem ser percebidos como um objeto imaginário, portanto “sócio-histórico”.

Os procedimentos de controle da produção discursiva

Embora o discurso tenha sido objeto de análise em várias obras de Foucault, em *A Ordem do Discurso* (2013), o pensador faz uma abordagem mais intrínseca em relação aos discursos na sociedade. Foucault apresenta-nos os procedimentos de delimitação da produção dos discursos, assim como as imposições aos sujeitos do discurso (aqueles que atuam como produtores de discursos).

Em um primeiro momento, o pensador expõe os procedimentos externos de controle da produção do discurso, que correspondem à *interdição*, à *separação/rejeição* e à *vontade de verdade*, os quais determinam os espaços pelos quais os sujeitos podem ou não falar e/ou circular (FERNANDES, 2012). Há também, os procedimentos internos que compreendem o *comentário*, o *princípio de autoria* e as *disciplinas*, estes, por sua vez, agem sobre os sujeitos na produção e na circulação dos discursos.

De acordo com Foucault (2013), o primeiro princípio de exclusão diz respeito à *interdição*, em que se estabelece os direitos e as proibições em relação ao ato de falar. Esse princípio interdita a fala ao sujeito, na medida em que não se pode falar de tudo em qualquer lugar e/ou circunstância. Em nossa sociedade, os locais em que se concentram “os buracos negros” da interdição, referem-se ao discurso da sexualidade e da política. Quanto ao primeiro, a produção de discursos acerca deste está aliada à concepção burguesa de formação familiar, que se restringe ao modelo pai-mãe-filhos e ao papel da religião que passou a reprimir o desejo.

Tal mudança dos discursos acerca da sexualidade no século XIX, assim como nos mostra Foucault (1998), relaciona-se ainda com o processo de industrialização, quando as relações sexuais entre operários foram banidas. Cria-se a partir daí um lugar em cada moradia específico para a vida sexual, o quarto do casal. A sexualidade dos indivíduos passa a ser controlada, o sexo possui a partir desse momento, um objetivo claro, a procriação. Fernandes (2012, p. 69) assinala que os discursos sobre a sexualidade

“eram/são investidos por uma injunção de saberes e análises. Os discursos sobre o sexo se deram envoltos pelo poder, integram dispositivos de verdade, uma vez que os dispositivos incitam a produção de verdades, por meio de discursos, voltados para a sexualidade”.

O segundo procedimento de exclusão, que visa ao controle da produção dos discursos, alude-se à *separação/rejeição*, que vem ancorada na segregação da loucura, e na rejeição do discurso do louco. Isso significa distinguir a loucura e, conseqüentemente, impedir que o discurso do louco circule nos mesmos espaços dos demais sujeitos. De acordo com Fernandes (2012), Foucault ao separar o discurso verdadeiro do falso, confere chega ao terceiro procedimento de exclusão do discurso, que se refere à *vontade de verdade*.

À *verdade*, cabe o papel de identificar a loucura e definir o louco, (FERNANDES, 2012, p.13-14). Para Foucault (2013), se nos colocarmos no interior de um discurso, “a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta”. Porém, ao procurarmos saber qual é a *vontade de verdade* que nos atravessou durante séculos da história da humanidade, “o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, é então talvez algo como um sistema de exclusão [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 14).

A *vontade de verdade* é atravessada por um aparelho institucional, sendo ao mesmo tempo reforçada/reconduzida por um conjunto de “práticas como a pedagogia”. Foucault (2013, p.17) assevera, ainda, que esta vontade de verdade é “reconduzida mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído”.

Quanto à noção de *verdade* tal como conhecemos hoje, Foucault (2013, p. 19) faz-lhe uma crítica ácida, assinalando que a mesma nos aparece enquanto “riqueza” e “força doce”. E ignoramos em perceber a *vontade de verdade*, como “uma maquinaria” que busca excluir todos aqueles que “procura contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade”, alegando ainda que esta verdade historicamente constituída assume como papel justificar o que pode ser ou não dito.

Passamos agora à análise dos procedimentos internos de delimitação do discurso, que para Foucault compreende: o *comentário*, que se refere a discursos que são produzidos cotidianamente, com curta durabilidade e os discursos que suscitam novos discursos, como por exemplo, os textos religiosos e os judiciários. Posteriormente, o princípio de *autoria* entendido “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de significações” (FOUCAULT, 2013, p. 25).

O princípio de *autoria* abarca o conjunto de relações que, conscientemente ou não, internas ou externas, posicionaram, reordenaram e constituíram signos e objetos de forma a atuar na construção do discurso. O autor distingue-se do *indivíduo* que fala ou escreve um discurso, na medida em que, ao realizar um trabalho de escrita, reúne um conjunto de vozes sociais, históricas e ideológicas na produção de um texto.

E, em última instância, as *disciplinas*: estas possuem em seu interior um domínio de objetos específicos, como definição de métodos, proposições consideradas como verdadeiras, em forma de um “*sistema autônomo à disposição de quem pode servir-se dele*” (FOUCAULT, 2013, p. 49). Suscintamente, podemos dizer que a disciplina compreende um conjunto de “métodos” que possibilitam a construção de novos enunciados, na medida em que a existência da disciplina pressupõe a “possibilidade de formular indefinidamente proposições novas”, Foucault (2013, p. 29).

Os procedimentos de controle e delimitação do discurso sugerem que o mesmo seja compreendido como prática, “*envolvendo sujeitos e situações de enunciação*” (FERNANDES, 2012, p. 50). Dadas as considerações a respeito do controle da produção dos discursos, Foucault afirma que ainda há um grupo de procedimentos que visa a impor aos sujeitos que os pronunciam um conjunto de regras, que age também como meio de impedir que todos tenham acesso aos discursos, pois, segundo Foucault (2013, p. 35), “*ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo*”. Isso se dá, pois de acordo com o pensador nem todas as áreas do discurso são abertas, sem proibições à disposição de todos os sujeitos que falam, algumas são restritivas.

As imposições de regras aos sujeitos implicam em impor determinações dos papéis dos mesmos na produção dos discursos. Nessa perspectiva, o primeiro procedimento diz respeito ao *ritual*, que define a qualificação que deve possuir os sujeitos que falam, necessitando autorização para falar, em um momento específico.

Outro procedimento refere-se à *sociedade de discurso*, cuja função é conservar ou produzir discursos que circulem somente em um espaço fechado. Já as *doutrinas*, outro procedimento de imposição de regras aos sujeitos que falam, busca o compartilhamento de um conjunto de discursos entre os indivíduos que definem uma pertença recíproca, na medida em que “*a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra [...] de conformidade com os discursos validados [...]*” (FOUCAULT, 2013, p. 40).

A *doutrina* promove tanto a sujeição dos sujeitos que falam aos discursos, como dos discursos aos sujeitos. O último procedimento a que Foucault (2013, p. 41) faz menção é a *apropriação social dos discursos*, referindo-se ao sistema educacional, por meio do qual todo indivíduo tem acesso a muitos discursos, sendo ainda um mecanismo de “*modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo*”.

Esses procedimentos, segundo Foucault, interligam-se, constituindo uma espécie de *conjunto* que visa a promover a distribuição dos sujeitos que falam nos diversos discursos, assim como a apropriação de discursos por categorias específicas de sujeitos.

Enfatizando as especificidades pelas quais deve-se atentar para análise do discurso, Foucault, elenca quatro princípios pelos quais se deve analisar/perceber o discurso. O primeiro diz respeito à *inversão* que se refere a uma necessidade de inverter a percepção do sujeito quanto a origem dos discursos. O segundo princípio, a *descontinuidade*, pressupõe que o discurso enquanto prática seja visto como descontínuo, suscetível a rupturas.

Outro princípio que circunscreve o discurso é a *especificidade*, que nos leva a duvidar das obviedades, das significações prévias, ou ainda como adverte Foucault (2013, p. 50) “*não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas*”. Além desses, Foucault apresenta ainda o quarto e último princípio: o da *exterioridade*, que implica em considerar as ordens externas de possibilidades do discurso.

Esses procedimentos que visam ao controle da produção discursiva na sociedade, assim como a seleção dos sujeitos que os produzirão, demonstram, na perspectiva de Foucault (2013, p. 10), que o “discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nós queremos nos apoderar”. Em outras palavras, o discurso, enquanto um enunciado verdadeiro torna-se um mecanismo de exercício do poder sobre outro indivíduo, tendo em vista que cabe ao sujeito (e às instâncias e/ou polos de produção) desse discurso julgar o que é ou não verdadeiro.

O discurso e a construção do sujeito

Como fora mencionado anteriormente, o discurso em Foucault aparece ligado com o poder. Poder, que é definido por Foucault como um conjunto de forças, advindos de todas as relações que compõem os espaços sociais. Silveira (2005) assinala que para Foucault o poder em si não existe, o que há são relações de poder que perpassam todas as camadas

sociais, o filósofo pressupõe que tais relações são pertinentes a *“todos sobre todos”, visto que “o poder não vem de cima para baixo, mas é criado pelas diferentes relações de força, [...] surge de todos os lados: de cima para baixo, de baixo para cima e lateralmente”* (SILVEIRA, 2005, p. 57).

Tanto os discursos, como os objetos e os sujeitos, no pensamento de Foucault, constroem-se a partir de relações de poder. Pensando inicialmente no sujeito em Foucault, encontramos sua formação baseada em discursos frutos destas relações (de poder) que emanam de diversas instâncias diferentes e produzem discursos atuantes na construção deste sujeito que terá uma denominação, classificação, papel ou posição dentro desses discursos. Porém, esta via de constituição de poderes e discursos não é de mão única e está repleta de polos de micropoderes e, conseqüentemente, também produtores de discursos.

Alguns discursos simplesmente reproduzem ou complementam instâncias disciplinares detentoras legitimadoras das “verdades” sobre uma determinada área, outras, criam discursos em oposição (total ou parcial) a estas. Neste ponto, cabe determo-nos um pouco mais sobre o significado de poder no pensamento de Foucault, pois ele concebe a própria criação e ordenação dos objetos pelas relações de força entre os discursos.

Ao analisar os discursos sobre a “loucura”, Foucault (2008) explica como sua unidade dissocia-se da preexistência do objeto “loucura” e vincula-se muito mais a uma ordenação de signos e objetos através de regras convenientes ao polo de poder “psiquiatria” ou “medicina”, ou seja, os objetos não preexistem ao discurso, mas são fundados por ele. Assim, para Foucault (2008, p. 37),

A unidade dos discursos sobre a loucura não estaria fundada na existência do objeto "loucura", ou na constituição de um único horizonte de objetividade; seria esse o jogo das regras que tornam possível, durante um período dado, o aparecimento dos objetos [...] que são recortados por medidas de discriminação e de repressão [...] que se diferenciam na prática cotidiana, na jurisprudência, na casuística religiosa, no diagnóstico dos médicos, objetos que se manifestam em descrições patológicas, objetos que são limitados por códigos ou receitas de medicação, de tratamento, de cuidados. Além disso, a unidade dos discursos [...] seria o jogo das regras que definem as transformações desses diferentes objetos, sua não-identidade através do tempo, a ruptura que neles se produz, a descontinuidade interna que suspende sua permanência.

Em *“A Ordem do Discurso”*, Foucault (2013) amplia a noção de “poder” ligado ao desejo que um determinado grupo ou instância possui (e/ou deseja ter) sobre os discursos de uma determinada área. Deter as “verdades” sobre um determinado campo de saber,

disciplina ou ciência, significa “poder”, isto é, poder de controlar a produção discursiva sobre determinada área de conhecimento.

É fundamental ressaltar que esse poder é multipolar e dinâmico. Multipolar porque provém de todas as partes, e dinâmico porque seu posicionamento, influência e existência dependem da interação com outros discursos provindos de outros lugares. Apesar das instâncias detentoras de discursos como o Estado, a medicina, o direito, a educação, etc., reivindicarem o controle discursivo em seus respectivos domínios, tanto seus enunciados como os discursos serão confrontados com outros, produzidos por outras instâncias não legitimadas “oficialmente”. Nesse sentido, o poder em si não existe, assim como não há um lugar específico para seu surgimento, ou que este emana

de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos[...] o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. Portanto, o problema não é de constituir uma teoria do poder [...]. Se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considera-lo como algo que surgiu em um determinado ponto, em um determinado momento, de que se deverá fazer a gênese e depois a dedução. Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado [...] de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações do poder. (FOUCAULT, 1996, p. 141).

Ainda sobre as concepções foucaultianas de poder, Silveira (2005, p. 43) explica que “*é problemático buscar em Foucault uma teoria geral do poder. Assim, ao invés de teoria, o melhor termo a ser utilizado é analítica do poder*”. O uso desse termo justifica-se, segundo Silveira (2005, p. 44), pelos deslocamentos de Foucault na discussão do tema nas diversas fases de sua obra. O tema *poder* é abordado nos livros *Vigiar e punir* (1987), *História da Sexualidade: a vontade de saber* (1988), na coletânea de entrevistas e textos denominada *Microfísica do poder* (1979) e em uma série de conferências que fez na PUC-RJ em 1973, denominada *A verdade e as formas jurídicas*.

Por sua vez, Barros (2004, p. 144) analisa como em Foucault as relações de poder atuam nas construções de sistemas de pensamento que se constituíram em discursos. Ressalta ainda que “*a ideia de que esse poder está por toda a parte, inclusive sob a forma de micropoderes*”, amplia muito o universo de pesquisa para os historiadores ao demandar todo um universo de fontes. Estas relações de poder devem ser buscadas nos lugares mais imprevisíveis e exteriores, as formalizações “congeladas pelo aparato estatal”. Interações sociais estas que podem ser estudadas em discursos que aparecem em casos amorosos, sexualidade de indivíduos, vivências no seio da família, e etc.

O sujeito em Foucault é umbilicalmente ligado às relações de poder que atuam em sua constituição. Segundo Fernandes (2012), estas relações “*são sutis, múltiplas, em diversos níveis*”. O poder é inerente às relações humanas e apresenta-se em micro instâncias e nos aspectos mais corriqueiros do dia a dia. Estes poderes existem tanto do lado dos dominantes como dos dominados.

No texto intitulado “*O Sujeito e o poder*”, Foucault (1995, p. 231) explica que o objetivo de seus estudos (nos últimos vinte anos) até então não foi o estudo do poder em si mesmo, e sim, criar uma história de como os seres humanos tornaram-se sujeitos e, para isso, parte para a objetivação destes modos.

Uma das formas de constituição dos indivíduos em sujeitos seria através da identificação e oposição (FOUCAULT, 1995, p. 234) aos poderes “maiores” na sociedade, expressos em discursos, que buscam docilizar o indivíduo de forma a torná-lo produtivo ou portador de posturas e condutas desejáveis. Foucault chama estas oposições de lutas autoritárias, transcendentais e transversais aos tradicionais conceitos de lutas de classe, Estado, país, gênero, entre outras.

Essas lutas são contra o “governo da individualidade”, contra o privilégio do saber e aos papéis deformados e mistificados impostos às pessoas. Enfim, tais lutas giram em torno da busca de uma identidade, “de quem somos nós” e recusam os rótulos impostos pelas instâncias de poder que buscam determinar quem somos. Nessa luta, existe a formação de poder que se aplicará à vida comum do indivíduo, na sua identidade a ser reconhecida pelos outros.

A proposta de Foucault é apontar que não há um sujeito preestabelecido, do qual emanariam as relações de poder, pelo contrário, os sujeitos são construídos e/ou produzidos a partir das relações de poder, pois, para este, a própria noção de sujeito tal como é, resulta de uma produção, visto que “*o que chamamos sujeito é um enunciado social*”. Dessa forma podemos chamar os indivíduos de loucos, normais, gordos, revolucionários, sujeito deste ou daquele discurso que será reclamado pela medicina, pela psicologia, pelas ciências sociais (PEZ, 2008, p. 02).

Foucault vê no ato de governar a expressão de poder de homens sobre homens e destaca que não seria possível tal situação, se não existisse um elemento importante: a liberdade. O poder só pode ser exercido sobre sujeitos “livres” que têm diante de si a possibilidade de diversas condutas.

Assim, inserir-se na conduta desejada, implica em renúncia, submissão, abrir mão, ser coagido. Desta forma, o pensador coloca no centro da relação de poder a resistência à

obediência e intransigência da liberdade e afirma que uma sociedade “*sem relações de poder*” só pode ser uma abstração. Estas relações de poder são inerentes (e necessárias) a toda existência social. Como resistência às dominações, grupos desenvolvem estratégias de oposição e assim constituem-se sujeitos na história.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, discutimos o que é discurso para Foucault, apontamos que este conceito constitui-se em enunciados considerados como verdadeiros, construídos historicamente para atender interesses de um determinado período; é nesse sentido que o discurso aparece envolto de saber e poder, na medida em que existem, segundo Foucault, os polos de construção discursiva, que se referem a instituições, tais como, a igreja, a medicina, o poder judiciário, que constroem um discurso “verdadeiro” e mediante o poder que possuem sobre a veracidade daquele discurso, o impõem como regra a ser seguida.

Assinalamos que para Foucault os discursos na sociedade não são construídos de maneira aleatória, mas possuem uma série de procedimentos que visam a controlar a produção discursiva, assim como os sujeitos que atuam como produtores dos discursos, para tanto, abordamos os três grupos de procedimentos que Foucault apresenta como mecanismos de controle da produção discursiva.

Discorreremos, ainda, como os discursos em Foucault são perpassados por relações de poder, que atuam nas construções de sistemas de pensamento que se constituíram em discursos, pois, para o pensador, não há um sujeito preestabelecido, do qual emanariam as relações de poder, pelo contrário, os sujeitos são construídos e/ou produzidos pelos discursos que emanam das relações de poder.

Referências

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. In *Revistas Eletrônicas Filogenese*. Vol. 6, nº 2, 2013.p. 148-162.

BARROS, José. D' Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FERNANDES, Cleudemar. Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. In. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), São Paulo (SP), v. 114, 2001, p. 197-223. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf> > Acesso: 20 de ago. de 2014.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____, Michel. *A Hermenêutica do sujeito*. Trad. Márcio Alves Fonseca e Salma Tannus Murchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. (tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardins Morais). Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

_____, Michel. *Arqueologia do saber*: tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____, Michel. Nietzsche a genealogia e a História. In. *Microfísica do poder*. (org) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____, Michel. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.229-249.

_____, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

PEZ, Tiaraju Dal Pozzo. Pequena Análise sobre o sujeito em Foucault: a construção de uma ética possível. In *Seminário em Ciências Humanas*. 7º ed. Londrina: VII Seminário em Ciências Humanas. Londrina. Eduel, 2008. p. 1-14. Disponível em < http://www.uel.br/eventos/sepeh/sepech08/arqtxt/resumos_anais > Acesso em: 09 de jul. de 2014.

SILVEIRA, Rafael Alcapadipani. *Michel Foucault: poder e análise das organizações*. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VEYNE, Paul. Michel. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. - Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.